

## CONTRACULTURAS ESPACIAIS E FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA

Dra. Eliane Carvalho dos Santos  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7621-1645>

Professora da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre – Brasil  
E-mail: [eliane.santos@ufac.br](mailto:eliane.santos@ufac.br)

Recebido em: 26/10/2022; Aceito em: 22/05/2023; Publicado em: 18/07/2023  
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.5.1-1>

### RESUMO

O regime de acumulação flexível (LEBORGNE; LIPIETZ, 1988) e a forma política do Estado neoliberal têm transformado a luta de classes neste início do século XXI. A virada para a financeirização da economia (HARVEY, 2011) e o ataque da burguesia global aos direitos do trabalho tornam o cenário incerto para a classe trabalhadora, levando a procura, resgate e ressignificação de experiências de vida alternativas baseadas em utopias sociais que configuram o atual momento das contraculturas espaciais. Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre como a flexibilidade econômica têm fomentado essas espacialidades e como esse fenômeno se apresenta na história e no contexto contemporâneo, contribuindo assim para a reflexão de espaços de esperança em meio ao cenário de aumento da exploração do trabalho, perdas de direitos e reformas estruturais neoliberais.

**Palavras-chave:** Acumulação flexível; Crise; Utopias; Contraculturas Espaciais.

### *SPACE COUNTERCULTURES AND CAPITALIST FLEXIBILIZATION*

### ABSTRACT

The flexible accumulation regime (LEBORGNE; LIPIETZ, 1988) and the political form of the neoliberal state have transformed the class struggle at the beginning of the 21st century. The turn towards the financialization of the economy (HARVEY, 2011) and the attack of the global bourgeoisie on labor rights make the scenario uncertain for the working class, leading to the search, rescue and resignification of alternative life experiences based on social utopias that configure the current moment of space countercultures. In this sense, this article seeks to reflect on how economic flexibility has fostered these spatialities and how this phenomenon presents itself in history and in the contemporary context, thus contributing to the reflection of spaces of hope in the midst of the scenario of increased exploitation of work, losses of neoliberal rights and structural reforms.

**Keywords:** Flexible accumulation; Crisis; Utopias; Space Countercultures.

## ***CONTRACULTURAS ESPACIAIS Y FLEXIBILIZACIÓN CAPITALISTA***

### **RESUMEN**

El régimen de acumulación flexible (LEBORGNE; LIPIETZ, 1988) y la forma política del Estado neoliberal han transformado la lucha de clases a principios del siglo XXI. El giro hacia la financiarización de la economía (HARVEY, 2011) y el ataque de la burguesía global a los derechos laborales tornan incierto el escenario para la clase trabajadora, llevándola a la búsqueda, rescate y resignificación de experiencias de vida alternativas a partir de utopías sociales que configuran el momento actual de las contraculturas espaciales. En ese sentido, este artículo busca reflexionar sobre cómo la flexibilidad económica ha fomentado estas espacialidades y cómo este fenómeno se presenta en la historia y en el contexto contemporáneo, contribuyendo así a la reflexión de espacios de esperanza en medio del escenario de mayor explotación de los bienes, trabajo, pérdidas de derechos neoliberales y reformas estructurales.

**Palabras clave:** Acumulación flexible; Crisis; utopías; Contraculturas espaciales.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta uma discussão teórica sobre como o atual contexto capitalista de regime de acumulação flexível tem fomentado um novo período de realização de experiências reconhecidas como contraculturas espaciais.

Inicialmente, trazemos uma breve discussão teórica sobre a flexibilidade no Brasil e seus principais impactos para a classe trabalhadora, a partir da transformação das formas de regulação do espaço nacional, principalmente a reforma do Estado e da relação salarial.

O atual contexto capitalista de flexibilidade e aumento da exploração da classe trabalhadora, tem preparado o terreno para a ressurreição e fortalecimento de espacialidades utópicas que se renovam na atual era da globalização a partir da experiência acumulada pelos pioneiros iniciais.

Nesse sentido, a segunda parte deste artigo vai resgatar a história das utopias e experiências que vigoraram como contraculturas espaciais desde o início da industrialização europeia, passando por sua disseminação nos EUA e Brasil, para chegarmos no momento atual no qual essas experiências se colocam como alternativas para a crise e flexibilidade capitalista e seu momento predatório para a classe trabalhadora.

Na última parte, abordamos as contraculturas espaciais atuais e suas principais características, destacando as experiências organizadas em redes globais, como as ecovilas e a disseminação internacional da permacultura, como principais projetos alternativos que vigoram na atualidade e têm forte presença no Brasil.

Por fim, destacamos como essas experiências se configuram como espaços de esperança diante do aumento da precarização da vida humana e do cenário incerto para a classe trabalhadora.

## **2 FLEXIBILIDADE NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Primeiramente, utilizaremos do referencial teórico da nossa pesquisa para refletir sobre o atual quadro do capitalismo brasileiro, a partir da compreensão do seu modo de regulação interno (AGLIETTA, 1976).

A regulação econômica e social em escala nacional é parâmetro fundamental para a atuação dos agentes sociais, hegemônicos e contra-hegemônicos, que usam o território em diferentes escalas.

Apesar de vários autores e linhas teóricas terem decretado a mudança profunda no papel e importância da escala nacional para o capitalismo globalizado, a realidade é que o Estado-nação ainda se constitui no espaço privilegiado para a regulação econômica da maioria dos povos mundiais, sendo importante instituição para a manutenção do crescimento econômico em seus territórios.

A globalização financeira e comercial tem pressionado mudanças nas formas institucionais (BOYER, 1990), quais sejam: a moeda, que define um modo de conexão entre unidades econômicas; a relação salarial, que caracteriza um tipo específico de apropriação do excedente; a concorrência, que define as modalidades de relacionamento entre os *locus* da acumulação; a forma de Estado vigente, que define o conjunto de possibilidades oferecidas e de constrangimentos impostos a cada espaço pelo regime internacional.

Um amplo processo de reestruturação capitalista, iniciado nos anos 1970, principalmente após o primeiro choque do petróleo em 1973, vem ao longo das últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI impactando e transformando o modo de regulação dos países, uma destruição criativa para adequar as formas institucionais nacionais e, com isso, resistir ou reagir aos impactos negativos das crises, pois, de acordo com Harvey (2011), “houve centenas de crises financeiras no mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano” (p. 14. Grifo no original ou do autor? Conforme ABNT não se usa citação em itálico).

De acordo com Harvey (2011), a crise capitalista que põe fim à era fordista se expressa na dimensão produtiva do capital, mas também na forma de reprodução da vida, impactando principalmente as classes trabalhadoras e o modo de vida urbano.

A saída para o capital foi absorver o excedente através do financiamento de dívidas, dando uma virada para a financeirização da economia mundial que vêm marcando uma nova fase de hegemonia do capitalismo financeiro.

Santos (2016) analisa em sua tese que

A queda dos controles de capitais e do isolamento dos mercados financeiros domésticos, a partir de uma integração global do fluxo das finanças, levou a provisão de serviços e produtos por esse setor que são procurados por si mesmos. Desse modo, a atuação do mercado financeiro na regulação atual não é apenas da sustentação da atividade econômica, mas também da criação de um mercado próprio com uma grande quantidade de formas de gerar renda sem passar por outros setores. (p. 150).

As inovações financeiras através da introdução de novas formas de contratos favorecem a emissão de meios de pagamento internacionalmente aceitos que gera assimetria entre os países no mercado internacional, reforçando desigualdades de poder já assentadas na antiga regulação. Os países são obrigados a assumir obrigações em moeda estrangeira, expondo-se a problemas de liquidez e de solvência.

O Brasil tem enfrentado esses problemas de forma cíclica nas últimas décadas, buscando soluções internas (como as reformas neoliberais) para os reflexos do ajustamento em decorrência da aceitação e enquadramento do país às regras do jogo definidas pelas instituições financeiras localizadas nos países centrais, perpetuando formas de subordinação.

O relacionamento do país com o mercado financeiro e seu sistema de regras internacionais resultou na adoção acrítica do Consenso de Washington que mergulhou o país em sérios problemas sociais, que já eram enfrentados no país, mas que foram intensificados nos anos 1990 com o governo Collor. (Fundamentar melhor a ideia do parágrafo).

As reformas da segunda geração do Consenso de Washington, implementadas a partir dos anos 1990 no Brasil, colocaram o país ainda mais suscetível as oscilações do sistema financeiro mundializado, oligopolizado por grandes grupos, que atuam à margem das regulamentações nacionais.

A financeirização da economia mundial, a partir da década de 1970, tem levado a formação de um bloco de poder internacional que, cada vez mais, tem exercido pressão sobre os governos para a desregulamentação dos mercados. Esse poder se expressa no nexo Estado-

finanças (HARVEY, 2011), em que se coloca o Estado a serviço dos seus credores, disposto a arcar com os custos dos excessos que essa classe capitalista tem exercido.

Outro reflexo do impacto da hegemonia financeira na era do capitalismo flexível é o aumento da capacidade dessa classe capitalista global em interferir na política interna dos países, não apenas com normas econômicas impostas, mas também nas eleições nacionais, instrumentalizando o processo democrático a favor de seus interesses.

Com isso, o Estado brasileiro passou por reformas administrativas para tornar-se um parceiro da iniciativa privada neste período de concorrência ampliada pela abertura dos mercados. Requalificando as necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento.

Isso rompe com a era fordista-keynesiana, na qual o desenvolvimento nacional era tarefa fundamental do Estado centralizador, através de políticas de incentivo a industrialização e urbanização do território, agenda que vigorou por trinta anos gloriosos nos países centrais e se difundiu para a periferia do capitalismo.

Neste período de reestruturação, as forças concorrenciais pressionam a liberação dos mercados nacionais antes protegidos na era fordista-keynesiana. A ascensão de governos de direita na Europa, reconhecidos como neoliberais, leva a implantação dessa agenda de reformas governamentais que também servem de parâmetro para os países da periferia mundial.

Após décadas do ajuste neoliberal, as necessidades sociais têm ficado à margem da agenda dos governos, ao passo que os investimentos públicos em empresas privadas geram cada vez mais casos e escândalos de corrupção.

A virada dos anos 1980-1990 também proporcionou mudanças institucionais na gestão política do território brasileiro, a partir de seu processo de redemocratização. A nova Constituição Federal de 1988 trouxe a descentralização como importante ferramenta para aumentar o poder de outras esferas administrativas (notadamente, o município, que vira ente federativo) e, com isso, diminuir cada vez mais a atuação de um Estado centralizador.

A redemocratização e a nova Constituição abriram caminho para que os agentes não-hegemônicos pudessem novamente se organizar de forma legal, depois de vinte e cinco anos da ditadura militar que os colocava na ilegalidade.

Com as reformas e reestruturações políticas, institucionais e econômicas, o país entra na era da globalização, onde processos globais implantam-se e transformam dinâmicas locais. As privatizações e a entrada do capital financeiro internacional na dominação do território refletem na difusão do meio-técnico-científico-internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Os conflitos entre o local e o global, o velho e o novo, o tradicional e o moderno, ganham novos contornos na era da globalização, provocando os grupos sociais a fazerem resistência aos processos homogeneizantes do capital.

Movimentos sociais eclodem no Brasil e no mundo e aqui tem sido palco do “Fórum Social Mundial” em várias edições, desde o primeiro evento realizado em 2001 na cidade de Porto Alegre – RS. Esse fórum se tornou um grande espaço de discussão entre grupos sociais que lutam contra a hegemonia do neoliberalismo abordando as questões de ordem ambiental, urbana, agrária, trabalhista, tecnológica, financeira, entre outras.

Com o slogan “Um outro mundo é possível” tem se tornado uma iniciativa global de apoio e fortalecimento de grupos contra hegemônicos em lutas travadas em diferentes territórios do mundo. Dessa forma, buscam usar a união global da diversidade de resistências para a construção de outra perspectiva civilizatória, onde o ser humano e seu bem-estar sejam o objetivo maior de qualquer política ou modelo econômico, sendo que isso pode ocorrer sem exploração e degradação ambiental e com respeito à diversidade de cor, etnia, gênero, orientação sexual, etc. (SANTOS, 2016, p.112).

Uma perspectiva completamente oposta da que temos observado na prática nos países que realizaram suas reformas neoliberais. Mesmo com algumas conquistas de direitos civis reivindicados por minorias, os ataques à democracia são evidentes se forem de interesse para a manutenção da acumulação, como coloca Harvey (2008, p. 77) “os neoliberais têm uma profunda suspeita com relação à democracia”.

Após o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef do Partido dos Trabalhadores em 2016, o debate acerca da democracia e da preservação das instituições brasileiras tem sido cada vez mais suscitado por partidos políticos, movimentos sociais e a sociedade civil.

Estamos testemunhando a era das *fake news* como importante arma política, sendo um renovado fenômeno com a estratégia de confundir os adversários a partir de notícias falsas e suposições que são disseminadas, através de linguagem simples e direta, pela internet e suas redes sociais.

Esses fenômenos sociais recentes ainda têm muitos desdobramentos para serem analisados, o fato é que muitas das “notícias falsas” e seus propagadores estão relacionados a esta constante ameaça à democracia na periferia do capitalismo, tornando-se um elemento que não poderemos aprofundar neste trabalho, mas é relevante registrar a sua importância atual.

Neste quadro de ajuste regulatório das formas institucionais, perda de direitos para os trabalhadores (com os sucessivos avanços da flexibilização da CLT) e ataques à democracia é que se desenha um cenário que delimita um futuro cheio de incertezas.

O que será da tendência à neoliberalização e à flexibilização radical deverá ser analisado a cada instante que se cria a realidade contemporânea. Alguns caminhos indicam a necessidade de uma mudança profunda no comportamento social, nas instituições e, principalmente, na economia.

Utopias sociais estão surgindo no sentido de dar esperança àqueles que tiverem a coragem de arriscar e investir no diferente, ou seja, em práticas espaciais que estão na contracorrente das práticas hegemônicas.

### **3 UTOPIAS ESPACIAIS**

A lógica totalizante e alienante imposta pela modernidade capitalista, marcada entre outras coisas: pela supremacia do valor de troca e da propriedade privada, pela superexploração dos seres humanos e degradação dos bens naturais, pela alienação generalizada e pela tendência à homogeneização, têm impulsionado a elaboração teórica de utopias sociais que, ao serem experienciadas de forma concreta, também se tornam utopias espaciais.

A construção destas utopias e a disseminação de suas práticas começaram a se tornar populares entre os anos 1960 e 1970 nos países desenvolvidos, como resultado do fim do período dos “trinta anos gloriosos” da era fordista-keynesiana.

Nesse período de marcada transformação política e social no centro e na periferia do capitalismo, vai tornar o ambiente fértil para novas práticas espaciais que, inspiradas pelas utopias de toda uma geração, serão construídas as “contraculturas espaciais”.

A virada neoliberal e a ameaça de perda de direitos do trabalho conquistados na regulação fordista, coloca para a intelectualidade e a classe que vive do trabalho a necessidade de explorar esse campo de possibilidades, questionando o padrão de consumo, de produção, distribuição e o relacionamento entre as pessoas e com o meio ambiente.

Para Harvey (2008, p.19) “os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial tem sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis”, a burguesia ao expandir geograficamente o conjunto de normas e ações impostos pelas necessidades do capital flexível, causa desordem nos territórios (SANTOS, 1997) e também amplia geograficamente o seu campo de ação, refletindo tanto nas contradições internas do capital, como na construção de novas utopias e alternativas.

Sendo a acumulação do capital uma ocorrência profundamente geográfica (HARVEY, 2005) a superação de suas formas de exploração também passa necessariamente por um ajuste espacial orientado a partir de novas imaginações, visando a libertação dessa espacialidade oculta burguesa que tem tido o poder de dominar.

Dentro dessa perspectiva, cabe à pesquisa geográfica investigar como, nesse cenário de caos e confusão decorrentes das mudanças regulatórias do atual regime de acumulação, tem fomentado nas classes trabalhadoras estratégias de superação das condições de exploração que se apresentam no atual estágio do capitalismo.

A construção de fundamentos contra-hegemônicos de reprodução da vida, como uma alternativa ao processo de homogeneização e mercantilização impostos pelo processo de destruição criativa fomentado pelo capital globalizado, perpassa a reflexão teórica para reconhecer a dimensão e o fundamento geográfico de novas experiências sociais atualmente em curso, que se configuram como focos alternativos ao mundo construído a imagem e semelhança da utopia burguesa (HARVEY, 2005).

Se trata de microexperimentos de organização e produção socioespacial já em curso no mundo capitalista avançado e nos países da periferia do sistema, como alguns da América Latina e no Brasil, que denominamos de “contraculturas espaciais” (SILVA, 2013).

As contraculturas espaciais são experiências que buscam romper com a lógica homogeneizante e alienante do sistema capitalista de produção, ressignificando a lógica dos valores de uso e de troca, da propriedade, da produção e distribuição e da relação com natureza. Essas configurações espaciais contêm:

Um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica (...) que de certa maneira “rompe com as regras do jogo” em termos de modo a se fazer uma oposição a uma determinada situação (...). Uma contracultura entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social. (PEREIRA, 1986, p.73 *apud* SILVA, 2013).

A utopia da construção de uma economia política alternativa à classe trabalhadora que pudesse atender seus próprios desejos, necessidades e vontades num mundo bem mais igualitário foi lançada desde 1848 por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (HARVEY, 2005). De lá para cá, as condições materiais dos trabalhadores relatadas no Manifesto perseveram e, somadas às novas formas de regulação, colocam os desafios contemporâneos para essa superação, com a construção e ressignificação de utopias e práticas



socioespaciais, e essas atividades políticas têm de estar firmemente assentadas nas condições históricas e geográficas do atual regime de acumulação flexível.

Assim, as contraculturas espaciais se tratam de microexperimentos de produção socioespacial como tentativas de subversão à ordem dominante, pois normalmente têm o caráter comunitarista, onde são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas e solidariedades distintas daquelas da ordem homogeneizante, individualista e alienante, enredado nas regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado (SILVA, 2013).

**Quadro 1:** Periodização das contraculturas espaciais

<b>Período</b>	<b>Utopias inspiradoras</b>	<b>Contexto histórico</b>
1815-1848	Socialismo Utópico	Europa: crise entre superprodução industrial e subprodução de alimentos
1960-1970	Pensamento ecológico/ ecossocialismo	Crise do fordismo/keynesianismo
1990 em diante	Pensamento ecológico/ permacultura/ comunitarismo	Acumulação flexível e Neoliberalismo

**Fonte:** Santos, 2022 baseado em Silva, 2013.

A partir do quadro-síntese acima, podemos ter a periodização das diferentes etapas que marcam a geografia histórica das contraculturas espaciais que, apesar de apresentar características comuns de acordo com o período, não se conformam por experiências homogêneas, pelo contrário, as contraculturas espaciais são marcadas por uma riqueza e variedade de experimentos, que são orientados desde filosofias ambientalistas, religiosos até as completamente libertárias.

A fase inicial, na primeira metade do século XIX, tem como experiência pioneira em New Lanark, na Escócia, a atuação de Robert Owen e Charles Fourier que, ao assumirem um conjunto de fábricas de algodão, colocaram em prática uma organização socioespacial diferenciada daquelas experimentadas pelos trabalhadores das grandes fábricas da Europa na mesma época (SILVA, 2013).

A alternativa de organização social consistiu em reformas trabalhistas, com redução da jornada de trabalho, aumentos salariais e limitações ao trabalho infantil. Já na organização espacial, os pioneiros realizaram reformas urbanísticas na vila dos trabalhadores, planejando residências cômodas, parques, praças, hortas comunitárias e cozinha/refeitório coletivo. Também foi fundada uma escola para os filhos dos trabalhadores, sendo a primeira deste tipo na Escócia.

O desdobramento desta experiência de Owen o levou a continuar a realizar suas utopias nas terras novas dos Estados Unidos, onde no estado de Indiana, fundou a colônia socialista “*New Harmony*”, considerada está a primeira contracultura espacial da história.

Desde então e até na segunda metade do século XIX, outras experiências começam a surgir no continente americano de forma mais intensa do que mesmo no continente europeu. Até na América Latina são fundadas diversas contraculturas espaciais, sendo objeto de análise do Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels.

Na segunda fase, posteriormente à II Guerra Mundial, se constata o surgimento de várias experiências de cunho comunitarista e contracultural, algumas das quais sobrevivem até os dias atuais. Segundo Silva (2013)

É o caso, por exemplo, da *Comunidad del Sur*, experiência autogestionária e comunitarista fundada em Montevideu, no Uruguai, em 1955 e que se mantém ativa até hoje, pouco mais de meio século depois. A longevidade apresentada pela *Comunidad del Sur* – cuja existência supera muito a da maioria das suas predecessoras do século XIX – é digna de nota e expressa o caráter resiliente de seus membros para ajustarem-se de modo criativo às distintas circunstâncias sociais, políticas e econômicas vivenciadas no Uruguai ao longo de mais de seis décadas, incluindo os anos de perseguição, prisão e exílio, durante as ditaduras militares dos anos 1970, a retomada da democracia nos anos 1980 e o impacto das políticas neoliberais e suas sequelas de uniformização cultural e o predomínio de um individualismo não solidário, característico dos anos 1990. (SILVA, 2013 p. 75).

Nos Estados Unidos, dos anos 1960 em diante, a influência do movimento *hippie* e suas características contraculturais de estranhamento à sociedade tecnocrática, repressora, individualista e consumista geraram uma explosão de “comunidades alternativas” que ressignificaram os conteúdos e os valores das experiências do período anterior, com críticas à família, à educação formal e ao Estado. A Guerra fria e os conflitos locais, reforçaram a crença no pacifismo, no hedonismo, na subjetividade, na busca pela espiritualidade, na agricultura de pequena escala, entre outros valores.

A ameaça da bomba nuclear e a destruição da natureza levaram ao entendimento de que a sociedade moderna e industrial caminhava para a autodestruição. As revoltas estudantis de maio de 1968 em Paris e em outros lugares do mundo trouxeram a potência da contestação das novas gerações, onde Roszak (1972 apud SILVA, 2013) destaca:

A contracultura toma posição tendo como pano de fundo esse mal absoluto, um mal que não é definido pelo simples fato da bomba, mas pelo ethos total da bomba, na qual nossa política, nossa moralidade pública, nossa vida econômica e nosso esforço intelectual acham-se atualmente inseridos com abundância de engenhosa racionalização. Somos uma civilização sepultada

num inabalável compromisso para com o genocídio, jogando loucamente com o extermínio universal da espécie (...) são os jovens que chegam com os olhos capazes de enxergar o óbvio, que devem refazer a cultura letal de seus antecedentes, e que devem refazê-la numa pressa desesperada. (p. 59).

No Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no bojo do processo de enfraquecimento da ditadura militar, que o movimento contracultural pôde se expressar gerando diversas espacialidades. Em 1978, foi fundada a Associação Brasileira das Comunidades Alternativas (ABRASCA) que continua atuando até os dias de hoje (2023). Sua principal função é a de promover redes de intercâmbio e informação, além de organizar os encontros regionais e nacionais de comunidades alternativas, como o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA).

A formação de polos de convergência, articulados politicamente e capazes de interferir nos assuntos locais, norteou os projetos alternativos da ABRASCA com o intuito de transformá-los em centros de irradiação de novas ideias, em uma estratégia de territorialização, localizados no interior do país, tais como as regiões das chapadas dos Guimarães, Veadeiros e Diamantina.

Esses experimentos de contraculturas espaciais levaram a um movimento migratório interno, onde pessoas oriundas principalmente das grandes cidades, migravam para esses espaços localizados na zona rural, numa espécie de êxodo urbano.

Essa população, composta principalmente de jovens da classe média destas grandes cidades, são orientados por um espírito “romântico-utópico” ao abandonarem ou ressignificarem os ideias burguesas e se aventurarem na vida camponesa, apesar de muitos não terem experiência com atividades agrícolas ou vida comunitária.

A busca é uma vida simples, comunitarista, causando o menor impacto à natureza, com um cotidiano não alienado e autogestado. Nesta busca, são valorizadas identidades, valores, cosmovisões, relações, processos, técnicas e práticas cotidianas, consideradas marginalizadas, que passam a ser incorporados e ressignificados, constituindo um modo de vida híbrido, onde o tradicional e o moderno se combinam para dar um caráter híbrido para a organização social e a produção espacial das novas contraculturas espaciais.

No contexto atual, desde os anos 1990, uma gama de novos experimentos vem sendo implementados de forma mais sistemática, organizada e cada vez mais apropriada pelos valores burgueses também.

Silva (2013) aborda a questão de algumas ecovilas contemporâneas como exemplos de apropriação da ideologia burguesa e abandono do ideal libertário, trazendo à tona as

contradições que permeiam as contraculturas espaciais que surgem neste contexto de capitalismo financeiro globalizado.

As ecovilas se definem, de acordo com Robert e Diante Gilman, que escreveram o relatório “Ecovilas e comunidades sustentáveis”, publicado em 1991, como assentamentos em escala humana, multifuncionais nos quais as atividades humanas se integram sem danos ao mundo natural, de forma a apoiar o desenvolvimento humano saudável e podendo continuar no futuro de forma indefinida (SILVA, 2013).

A constituição da GEN – *Global Ecovillage Network* – em 1995, traz a marca contemporânea do fenômeno uma vez que agora essas experiências se integram, compartilham e trocam saberes através de uma rede global organizada e integrada, com subsedes em todos os continentes.

#### **4 CAPITALISMO FLEXÍVEL E ESPACIALIDADE UTÓPICA**

À medida que o capitalismo flexível avança neste início de século XXI, maiores são as incertezas lançadas por um mercado global instável em busca do lucro. As barreiras para a circulação do capital devem ser quebradas, porém, a classe trabalhadora deve permanecer sob controle, dentro de suas fronteiras nacionais.

A contradição lançada pela combinação de um capital móvel, cada vez mais livre para investir em novos espaços de acumulação, e um mercado de trabalho preso às fronteiras nacionais e seu modo de regulação, gera pressões para que a classe trabalhadora abra mão de direitos em busca de oportunidades de investimentos e geração de empregos.

Um momento de crise de identidade para a própria classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2014) que vê-se obrigada a ceder às pressões da classe capitalista que, neste contexto neoliberal, ataca o Estado e sua regulação de bem-estar social.

De acordo com Harvey (2008), no Estado neoliberal as liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores da propriedade privada, dos negócios, das corporações, multinacionais e do capital financeiro.

As utopias espaciais contemporâneas e seu fortalecimento entre segmentos da classe média brasileira estão associadas a esse contexto de precarização da condição do trabalhador após as reformas neoliberais. No bojo do fenômeno da globalização e da comunicação via internet, as pessoas que se aventuram nestes experimentos têm aumentado de forma cada vez mais relevante.

A vivência comunitária e a possibilidade de habitar provocando o mínimo de impacto na natureza configura a utilização de um conjunto de técnicas e práticas das quais são sistematizadas pelos princípios da Permacultura, desenvolvida em meados dos anos 1970, por Bill Mollison e David Holmgren na Austrália. De acordo com um dos relatos de Bill Mollison para o boletim “*Seeds of Change*” em 2001:

Dei um salto quando comecei a pensar que se eu pegasse todos os princípios da ciência ecológica e o transformasse em diretivas que dissessem o que fazer, então tínhamos um caminho a seguir (...) Fiz isso noite após noite e vários outros *insights* vieram neste processo. O que eu estava fazendo realmente era economizar energia em toda forma, fosse na construção de uma casa, no plantio de algo, no uso de fertilizante sem necessidade. Então eu pude ver que é possível fazer quase tudo biologicamente, e você não pode esgotar a biologia. Assim, por volta de 1974 eu comecei a plantar algumas centenas de espécies de plantas, a maioria voltada para o uso humano, mas qualquer outro ser que eu poderia imaginar entre elas, também poderia usá-las como alimento. (SILVA, 2013, p. 159).

A permacultura, para além de um sistema agrícola orgânico, compreende um “sistema de *design* integrado” que articula diversos aspectos técnicos e éticos, capaz de se adaptar a diferentes contextos sociais e geográficos, visando uma cultura permanente e sustentável.

Várias publicações de artigos, revistas e livros foram difundindo a permacultura e, Mollison passou a viajar para vários países realizando palestras e cursos de capacitação que passaram a ter cada vez mais demanda de jovens urbanos interessados no aprendizado de técnicas tradicionais reformuladas e sistematizadas.

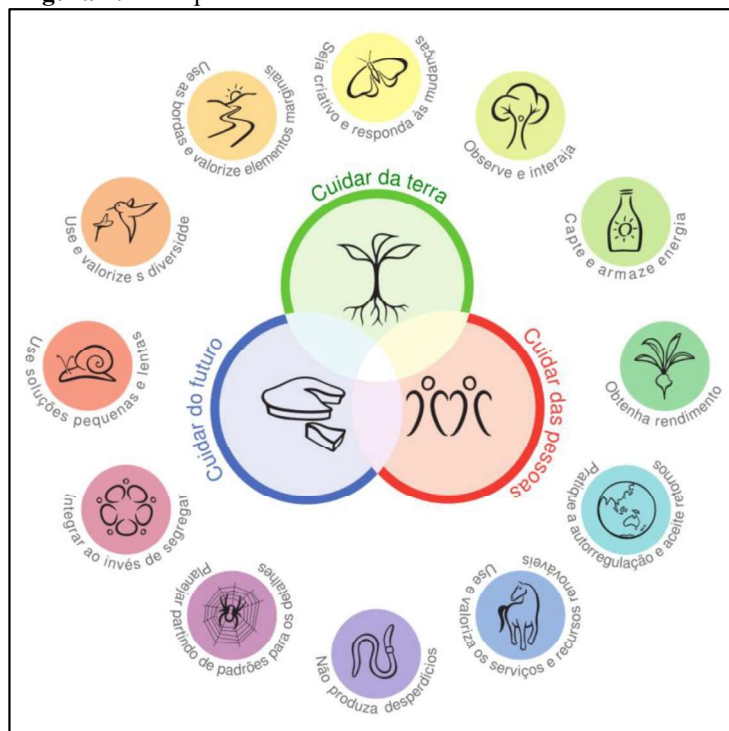
Na esteira do processo de crise capitalista, dos anos 1980 em diante, a expansão da permacultura e sua difusão na sociedade como alternativa aos trabalhadores que buscassem se libertar do sistema da economia monetarizada e predatória, se torna mais notória ainda, com a formação de uma rede global de permacultores trocando saberes e experiências em seus diferentes contextos espaciais.

Para Silva (2013) a permacultura dá um impulso muito importante para a terceira onda de contraculturas espaciais, pois

(...) quando se retoma a história da permacultura, algo que não deve ser esquecido são os profundos vínculos estabelecidos, desde o início, entre ela e os demais movimentos de organização social e de produção espacial alternativos despontados no início dos anos 1970, sob a influência da contracultura e do ambientalismo, notadamente o biorregionalismo e o movimento de ecovilas. (...) Esta, por sua vez, ganhou corpo e se consolidou na década de 1990, em consonância com a globalização do capitalismo neoliberal. (SILVA, 2013 p. 165).

Assim, no mundo contemporâneo, as experiências de contraculturas espaciais são marcadas pelos estudos e aplicação dos princípios da permacultura, cada vez mais difundidos devido à internet. Isso traz uma nova identidade às pessoas e também uma profissão alternativa, pois são formados permacultores profissionais através do *Permaculture Design Course* (PDC) oferecidos ao redor do mundo pela GEN – *Global Ecovillage Network*.

**Figura 1:** Princípios da Permacultura



**Fonte:** UFSC Permacultura, 2022

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto de acirramento das contradições do sistema capitalista no âmbito global, levadas a cabo a partir da reestruturação capitalista e da virada neoliberal dos anos 1980, revigora e ressignifica formas alternativas de produzir e reproduzir a vida influenciadas pela dinâmica contemporânea da globalização.

O regime de acumulação flexível (LEBORGNE; LIPIETZ, 1988) se caracteriza por um intenso processo de espoliação da classe trabalhadora e da natureza em escala global (HARVEY, 2008), a partir da redução das barreiras para a circulação do capital, que foram

sendo eliminadas com as reformas de cunho neoliberal no modo de regulação dos Estados Nacionais.

Neste contexto de ofensiva da burguesia capitalista global contra o trabalho, diversas utopias são retomadas como possibilidades de transformação de vida alternativa à exploração capitalista. As contraculturas espaciais que vêm sendo experimentadas ao longo da história em territórios que são inseridos no bojo do sistema capitalista, servem de inspiração e memória para a consolidação de novos experimentos espaciais alternativos que combinam tradição e modernidade com princípios e valores ecológicos e comunitaristas.

Para este trabalho, trouxemos um debate teórico que conecta o atual contexto econômico e político do capitalismo global e brasileiro, ao fenômeno das contraculturas espaciais contemporâneas, caracterizadas pelo forte movimento de ecovilas e da permacultura, contribuindo para a compreensão dessas espacialidades alternativas como utopias e práticas espaciais que trazem novos caminhos e esperança para àqueles que se aventuram em viver de forma antissistêmica e contracultural.

## 5 REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **Régulation et crises du Capitalisme**: l'expérience des États-Unis. Paris, Calmann-Lévy, 1976.

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2014.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol 28, nº 81. São Paulo, mai/ago 2014.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRSH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – II. Pág. 47-74. **Crítica Marxista**, 2007.

LEBORGNE, D; LIPIETZ, A. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**. Nº 25, 1988. (idem)

PEREIRA, C. **O que é contracultura**. São Paulo: Nova Cultural, Brasiliense, 1986.

SANTOS, E. C. **Flexibilidade e território**: uma análise do modo de regulação flexível na região do ABCD a partir de uma perspectiva multiescalar. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, L. F. M. **Ilusão concreta, utopia possível**: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul). Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.